



ATA DA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS - 1995/1999

Aos quatro e cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e oito, foi realizada, na **Sala de Reuniões Conselheiro Omilton Visconde**, do CNS, a Octogésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde. **Abertura - Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** procedeu à abertura informando que os trabalhos do período seriam coordenados pelo Conselheiro **William Saad**. **APROVAÇÃO DA ATA E RESUMO EXECUTIVO** - Colocados em apreciação, foram aprovados a ata e o Resumo Executivo da 81ª Reunião Ordinária do CNS, após efetuadas as devidas alterações. **ITEM 01 - INFORMES - 01) Subsídios para Discussão das Competências do CNS-CIT-MS - Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** informou que constava das pastas dos Conselheiros o documento "Competências do CNS, CIT e MS: Delimitações e Interfaces". **02) Andamento das Atividades do GT de Capacitação de Conselheiros** - Conselheiro Jocélio Drummond expôs que o Grupo de Trabalho, em sua primeira reunião, elaborara proposta, envolvendo: **1)** critérios para Capacitação de Conselheiros; **2)** papel dos Governos Federal, Estadual e Municipal; **3)** papel das ONGs e Universidades; **4)** objetivos da Capacitação de Conselheiros; **5)** tipos de capacitação prioritários; **6)** estratégias operacionais e metodologia; **7)** financiamento da capacitação; e **8)** responsabilidade das esferas de Governo e da Sociedade Civil. Acrescentou que o referido Grupo apresentaria o resultado do seu trabalho na Reunião Ordinária do CNS, do mês de dezembro. **03) Apresentação do Regimento Interno após Revisão de Ordem Jurídico-Legal e de Linguagem - Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** comunicou que o Regimento Interno revisado jurídico e legalmente, encontrava-se nas pastas dos Conselheiros, com as devidas alterações e que seriam apreciadas na Reunião Ordinária do CNS, do mês de dezembro. **04) Item 06 da Pauta: "Apresentações e Debates Coordenados entre Parlamentares e Conselheiros do CNS" - Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** lembrou que o referido item decorria da Moção aprovada na 81ª R.O., referente aos cortes do orçamento e da situação econômico-financeira da área social e do SUS. **05) Encaminhamentos da 81ª R.O. - Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** informou que a Moção nº 35/98, do CNS, fora encaminhada ao Congresso Nacional, principalmente, aos parlamentares membros das Comissões de Assuntos Sociais (Senado Federal) e de Seguridade Social e Família (Câmara dos Deputados), e a todas as autoridades do Ministério da Saúde. Comunicou, ainda, que as Recomendações apresentadas pela CIST na reunião anterior foram enviadas aos respectivos órgãos, resultando em reação positiva por parte dos mesmos. **06) Articulações CG/CNS e SPS/MS sobre as responsabilidades de Gestão e de Controle Social no âmbito da Ética em Pesquisa - Conselheiro William Saad** lembrou que a Comissão que elaborara a Resolução nº 196/96 - que estabeleceria normas de ética em pesquisas envolvendo seres humanos - relacionara sete áreas temáticas que seriam objeto de Resoluções Complementares: **1)** Genética Humana; **2)** Reprodução Humana; **3)** Pesquisa em População Indígena; **4)** Novos Medicamentos, Novos Fármacos e Novas Vacinas; **5)** Pesquisas envolvendo Biossegurança; **6)** Pesquisas Coordenadas do Exterior; e **7)** Pesquisas com novos equipamentos médico-odontológico e hospitalares. Acrescentou que a CONEP estava trabalhando essas Resoluções, com exceção da nº 4, já elaborada e destacou que, desde a publicação da Resolução nº 196/96, foram registrados duzentos e seis Comitês de Ética em Pesquisa Institucionais. Explicou que era exigência da referida Resolução, que a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP - deveria ter Secretaria-Executiva própria. **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** informou que o Ministério da Saúde cederia espaço físico, equipamentos e recursos humanos para o funcionamento da Secretaria-Executiva da CONEP, contando com a colaboração da Secretaria de Políticas de Saúde, coordenada pelo Dr. **João Yunes**. **07) Horários da passagem do Livro de Presença dos Conselheiros na R.O. - Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** comunicou que o Livro de Presença passaria deveria ser assinado pelos Conselheiros, entre 12:00 e 13:00 horas dos dois dias de reunião e à tarde, entre 17:00 e 18:00 horas, no primeiro dia e, entre 16:00 e 17:00 horas, no segundo dia. **08) Relatório da Auditoria Especial em Guarulhos/SP - Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** informou ter recebido da Secretaria de Assistência à Saúde - SAS - do Ministério da Saúde, o relatório da Auditoria realizada em Guarulhos/SP, explicando que o mesmo não fora distribuído por ser muito extenso, mas encontrava-se à disposição dos Conselheiros que quisessem analisá-lo. Conselheiro **Jocélio Drummond** sugeriu que fossem

designados Conselheiros para realizar o estudo do referido relatório e, posteriormente, apresentá-lo ao Conselho. A sugestão foi aprovada, sendo indicada a Conselheira **Zilda Arns** e o Conselheiro **Luís Baccalá**. **09) Convite aos Conselheiros do CNS para IV Conferência Municipal de Saúde de Imperatriz-MA, em 11 e 12/12/98** - Dr. Nelson Rodrigues dos Santos transmitiu o convite para a referida Conferência. **10) Realização de Audiência Pública sobre Concorrência Internacional para Aquisição de Equipamentos Hospitalares para o SUS** - Conselheiro **Mário Scheffer** relatou que soubera da realização do evento, no dia 18/11/98 e através do jornal "Folha de São Paulo", criticando o fato. Conselheira **Lucimar Coser** esclareceu que havia um Grupo acompanhando a Concorrência Internacional, sediado na sala nº 342 do Edifício Sede do Ministério da Saúde e que este se encontrava à disposição dos Conselheiros para prestar informações adicionais. **11) Acordo CNS/San Marco Hotel - Hospedagem de Conselheiros/membros de Comissão** - Dr. Nelson Rodrigues dos Santos informou que fora estabelecido contato com diversos hotéis em Brasília, objetivando o menor preço para a estada dos Conselheiros, tendo chegado até então a proposta do Hotel San Marco, que encontrava-se na pastas. **13)** Conselheiro **Carlos Corrêa Martins** informou que, há dez anos, em Cuiabá, o Hospital de Combate ao Câncer começara a ser construído, com a finalidade principal de atender pessoas de baixa renda, porém, a construção fora interrompida por falta de recursos financeiros e reiniciada, recentemente, pela Fundação *Lions* de Combate ao Câncer. Acrescentou que a Fundação necessitava, ainda, de um milhão de reais para que o Hospital começasse a funcionar e solicitou aos Conselheiros que estudassem maneiras para se levantar essa verba. Conselheira **Lucimar Coser** justificou sua ausência nas duas últimas reuniões do CNS, esclarecendo que o Ministério da Saúde ainda não noemara o seu suplente. Conselheiro **Jocélio Drummond** lembrou que deveriam retomar o trabalho de acompanhamento aos Conselhos Estaduais e Municipais onde existiam problemas. Conselheira **Zilda Arns** solicitou que a Secretaria-Executiva do CNS fornecesse os documentos sobre o Conselho Municipal de São Paulo. Conselheira **Cláudia Maximino**, referindo-se à Tabela de Orteses e Próteses e à Regulamentação dos Planos Privados de Saúde, comentou sobre a dificuldade de implementação das deliberações do CNS. Dr. Nelson Rodrigues dos Santos esclareceu que, em relação aos Planos de Saúde, o Conselho de Saúde Suplementar - CONSU - concluíra o projeto, que seria distribuído aos Conselheiros e pautado para a Reunião Ordinária do mês de dezembro. Conselheiro **Luís Baccalá** colocou-se à disposição para acompanhar a Conselheira **Zilda Arns** na visita ao Conselho Municipal de Saúde de São Paulo. **14)** Conselheiro **Waldir Mesquita** informou que recebera mandado de prisão, em função do "caso Fayad". Conselheiro **Temístocles M. Neto**, a respeito desse fato, propôs Moção de Repúdio, que foi aprovada. Conselheiro **Gilson Cantarino** sugeriu que o CNS aprovasse, também, uma Moção registrando o pesar pelo falecimento do Sr. **Raimundo Bezerra**, ex-coordenador do CNS, tendo em vista a importância do seu trabalho. A sugestão foi aprovada. **ITEM 02 - INFORMAÇÃO DE SAÚDE: RNIS E RIPSAs: OBJETIVOS E FASE ATUAL DAS REALIZAÇÕES E ARTICULAÇÕES** - Dr. **Helvécio Bueno** iniciou sua explanação informando que a Rede Nacional de Informação em Saúde - RNIS - tinha como meta principal interligar, em um prazo de três anos, as Secretarias Municipais de Saúde. Explicou que a primeira fase do projeto RNIS fora constituída de projetos estaduais que procuravam interligar determinado número de municípios e que os recursos já haviam sido repassados para os estados, com exceção do Rio de Janeiro e, observou que quatorze estados já possuíam *home page*. Completando, Dr. **Ezequiel Pinto** comunicou que fora distribuído aos Conselheiros o "Relatório de Progresso", apresentado ao Banco Mundial, contendo a atualização dos dados e o mapa com o percentual de cobertura dos estados. Comentou, também, que, de acordo com a sugestão do CNS, todos os projetos foram aprovados pelas Comissões Bipartites nos Estados e manifestou a sua preocupação sobre a gestão da RNIS em relação à participação dos municípios, ressaltando o item número quatorze do relatório apresentado. Dr. **Helvécio** lembrou que a RIPSa - Rede Interagencial de Informações para Saúde - era uma rede de instituições, trabalhando com informações e tinha, como parceira, a OPAS no tocante ao gerenciamento. Apresentou o "Manual sobre Sala de Situação", trabalho realizado entre RIPSa e RNIS, onde constam quadros que demonstram diversas situações dos municípios, e o resumo dos principais pontos destacados na "IV Oficina de Trabalho Interagencial", ocorrida em 07 e 08/09/98. Conselheira **Zilda Arns** indagou a razão da não valorização da participação de instituições "similares", citando como exemplo a Pastoral da Criança, para promoção e prevenção da saúde. Conselheiro **Artur Custódio** destacou que grande parcela da população não tinha acesso aos dados através da *Internet*, portanto, deveria estimular-se a criação de jornais ou outros meios que pudessem proporcionar conhecimento das informações. Conselheiro **Mário Scheffer** lembrou que a Assessoria de Comunicação estava elaborando documento denominado "Efetivando o Controle Social", onde poderia constar informações sobre RIPSa e RNIS. Dr. **Helvécio**, respondendo a questão da Conselheira **Zilda Arns**, informou que não havia restrição quanto à inclusão de dados de outras fontes, desde que esclarecida a cobertura que as mesmas proporcionam aos Estados. Explicou, ainda, que os quadros da "Sala de Situação" estavam à disposição da população nas Secretarias de Saúde e, referindo-se à sugestão do

Conselheiro **Mário Scheffer**, informou que fora acordado, com a Secretaria de Políticas de Saúde, a inclusão da "Sala de Situação" no documento mencionado. Conselheira **Rita de Cássia B. Barradas** propôs que as planilhas apresentadas fossem descritas em linguagem mais simples para que os leigos fossem contemplados no processo e o **Dr. Helvécio** lembrou que esse processo estava em andamento.

ITEM 03 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO/98 COM O CORTE PREVISTO PELO DECRETO 2.773 DE SETEMBRO/98 E ORÇAMENTO/99 COM O CORTE PREVISTO PELAS MEDIDAS ANUNCIADAS: CONSEQUÊNCIAS NAS METAS DO MS E DO SUS. A EXECUÇÃO DAS METAS E DO ORÇAMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAL DE: IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE CÂNCER CÉRVICO-UTERINO -

Prof. Elias Jorge apresentou o documento "Sinopse do Orçamento Geral da União - 1998/99" e o relatório da Comissão de Acompanhamento Orçamentário, que continha as seguintes sugestões: **1)** reiterar os pressupostos e as salvaguardas da Resolução nº 281/98, relativa à vinculação constitucional de recursos da saúde; **2)** rejeitar os contingenciamentos orçamentários e financeiros em relação ao orçamento de 1998; **3)** rejeitar cortes adicionais ao orçamento de 1999; **4)** aprovar a avaliação das atividades da Comissão, constantes no presente relatório; **5)** aprovar os parâmetros referenciais para elaboração do plano de trabalho para 1999; **6)** manter a dinâmica de funcionamento da Comissão; **7)** indicação do Conselheiro **Carlyle G. de Macedo** para coordenador da Comissão, passando o atual coordenador, **Prof. Elias Jorge**, à coordenador adjunto, tão logo o novo Regimento Interno seja homologado; e **8)** considerar o presente relatório e o material de apoio anexos à ata desta reunião.

Complementando, **Dr. Sebastião Grilo** esclareceu o sentido de "restos a pagar" e informou que ainda não fora oficializado nenhum corte no orçamento. Conselheiro **Jocélio Drummond** sugeriu que a Comissão acrescentasse, às sugestões anteriormente efetuadas, as medidas que a serem adotadas pelo CNS face à situação relatada. Conselheiro **Carlos Eduardo Ferreira** sugeriu que a coordenação do CNS contatasse com o Senhor Ministro da Saúde, solicitando que o mesmo se pronunciasse sobre a crise financeira da saúde. **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** comunicou que o Senhor Ministro, ao ser informado sobre os debates entre CNS e os parlamentares, achou que a sua presença poderia inibir as discussões, solicitando, então, contato com a Comissão de conselheiros, ao término da reunião, para informá-lo dos acontecimentos. Conselheiro **Sérgio Magarão**, Coordenador dos trabalhos, colocou em votação as duas propostas de encaminhamento: **1)** que a Secretaria Executiva entrasse em contato com o Senhor Ministro da Saúde, solicitando a sua presença para dialogar com o CNS na presente reunião; e **2)** as propostas contidas no relatório da Comissão de Acompanhamento Orçamentário. Ambas foram aprovadas. **Dr. Jarbas Barbosa** destacou, em seu pronunciamento, sobre o Programa Nacional de Imunização, os seguintes aspectos: **1)** êxito na luta contra poliomielite; **2)** a vacinação com BCG em aproximadamente 90% da população brasileira, com exceção do estado do Paraná; **3)** o péssimo desempenho da vacina Tríplice, no Programa, principalmente nos estados do Amazonas, Alagoas e Acre; **4)** distribuição dos recursos do Programa na compra de vacinas, treinamento de pessoal e melhoria da rede-frio (geladeiras e câmaras frigoríficas); e **5)** o processo de execução orçamentária que, no Programa, possui 56% de recursos liquidados e 89% de recursos empenhados. **Dra. Heloísa Machado** expôs sobre o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS - e o Programa de Saúde da Família - PSF. Ressaltou que o orçamento para ambos fora elaborado com base nas metas físicas, planejadas em 1996, de se atingirem três mil e quinhentas equipes de saúde de família e cem mil agentes comunitários de saúde. Colocou, ainda, que em 1997 houve um período de restrição à implantação de programas em estados e municípios, devido à indefinição de orçamento específico e à operacionalização da NOB/96, fato que influenciou o orçamento de 1998. Concluiu a sua fala, fazendo os seguintes destaques: **1)** evolução (de 1994 a setembro/98) de vinte e nove mil para oitenta e dois mil agentes comunitários de saúde, representando 82% da meta prevista e quarenta e sete milhões de indivíduos assistidos; **2)** evolução (no mesmo período) de trezentos e vinte para duas mil e seiscentos equipes de saúde da família, representando nove milhões de indivíduos assistidos; **3)** existência de saldo acumulado, decorrente do atraso na execução das metas; e **4)** metas propostas para o ano 2000, cento e cinquenta mil agentes comunitários e vinte mil equipes de saúde da família. Conselheira **Rita de Cássia B. Barata** indagou se os dois programas estariam, efetivamente, promovendo a mudança do modelo assistencial. **Dra. Heloísa** explicou que as ações caminhavam, gradativamente, nesse sentido e com resultados positivos. Conselheira **Zilda Arns** sugeriu que os Programas possuísem metas de resultados e que houvesse maior participação comunitária para promoção e prevenção da saúde. Concluindo as apresentações, **Dr. Júlio Barros** fez a exposição sobre o Programa Nacional de AIDS, ressaltando que: **1)** o Programa tinha, como objetivo, a redução da incidência dos vírus HIV e de DST, e o fortalecimento das instituições públicas e privadas responsáveis pelo controle dos mesmos; **2)** o programa de AIDS 1 entrara em vigência em março/94 e fora até julho/98, com o valor total do acordo, importando em duzentos e cinquenta milhões (cento e sessenta milhões de recursos externos e noventa milhões de contrapartida nacional); **3)** 70% dos recursos foram executados de forma descentralizada; e **4)** 48% dos recursos foram executados no componente "Prevenção", 30% em "Desenvolvimento

Institucional", 19% para "Serviços" e 3% para "Vigilância". Conselheira **Neide Barriguelli** criticou as publicações luxuosas sobre o Programa Nacional de AIDS e questionou a origem dos recursos para a confecção das mesmas. Conselheiro **Mário Scheffer** indagou sobre a flexibilidade do Programa AIDS 2, referente ao financiamento da "Assistência". Conselheiro **Jocélio Drummond** solicitou informações sobre a atual situação do estado de São Paulo. **Dr. Júlio Barros** esclareceu que o Programa centralizava sua atenção no impacto social da epidemia, e que a publicação referida pela Conselheira **Neide**, visava apresentar o relatório detalhado ao Banco Mundial e à sociedade. Respondendo à questão levantada pelo Conselheiro **Mário Scheffer**, informou que, para o ano de 1999, estava previsto um orçamento da ordem de quatrocentos milhões de reais destinados para a aquisição de medicamentos. Concluindo, explicou que o estado de São Paulo concentrava, aproximadamente, 60% do total de casos notificados de AIDS e informou que o município de São Paulo encontrava-se sob intervenção da Justiça Federal por não ter executado os recursos recebidos e por não haver prestado contas. **ITEM 04 - RELATO DA REUNIÃO DA CIT DE 20/10/98 - Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** informou que a apresentação deste item seria transferida para a próxima reunião, tendo em vista que a impossibilidade da Secretaria de Políticas de Saúde estar presente à reunião, e entregou a Ata-Resumo da reunião do dia 29/10/98. Informou, ainda, que o Senhor Ministro da Saúde designara o Chefe de Gabinete **Dr. Otávio Mercadante** para representá-lo no debate com os parlamentares. **ITEM 05 - REESTRUTURAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CNS - Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** comentou sobre pontos do documento "*Fundamentos Legais para a reestruturação do CNS*" e o Conselheiro **Fernando Cupertino** apresentou a proposta elaborada pela Comissão sobre a nova composição do CNS. Conselheiro **Carlos Corrêa Martins** solicitou que se definisse a metodologia para designação dos representantes da Sociedade Científica. Conselheira **Zilda Arns** informou que essa representação era indicada pela própria Comunidade Científica. Conselheira **Rita de Cássia B. Barata** sugeriu que a SBPC se encarregasse da indicação dos representantes, entre as entidades específicas da área da saúde. Após as discussões, o plenário aprovou a propostas dos Conselheiros **Carlos Martins e Rita de Cássia**, para que a SBPC elegeisse os representantes da Comunidade Científica. Conselheira **Zilda Arns** colocou a proposta em votação por partes: 1º) *Representação dos usuários* - Conselheiro **Mário Scheffer** questionou a entrada da representação dos indígenas no CNS. A propósito, sugeriu a entrada de representantes de consumidores da saúde. Conselheiro **Gilson Cantarino** explicou que a Comunidade Indígena possuía especificidades que deveriam ser consideradas, como, por exemplo, os piores índices epidemiológicos e conflitos entre FUNAI e FUNASA. Colocadas em votação as duas propostas, foi aprovada a proposta da Comissão, apesar de manifestação contrária dos representantes de portadores de patologia. Conselheiro **Augusto Amorim** solicitou que permanecessem as três representações de empresários e não duas, como proposto pela Comissão, sendo a sua posição apoiada pelos Conselheiros **Luís Baccalá e Olímpio Távora**. Colocada em votação, o plenário, novamente, decidiu pela proposta da comissão, com três votos contrários e duas abstenções. O Conselheiro **Augusto Alves Amorim** fez declaração de voto: "*Declaro voto contra a alteração da Composição do CNS, nos termos propostos nesta Reunião, especialmente quanto as Representações das Confederações da Indústria, do Comércio e da Agricultura. Declaro voto contra a proposta de alteração de composição do CNS, especialmente quanto as Representações das Confederações, constantes do Decreto Presidencial 1448/95, pelo que se segue: 1º) entende-se ser grau de importância a presença dos órgãos máximos de Representação do Empresariado Nacional, correspondentes às categorias primária, secundária e terciária, como universalmente aceito e sabiamente previsto pelo Decreto Presidencial acima referido. 2º) serão tomadas providências para análise, em conjunto, dos Presidentes das Confederações citadas, para gestões posteriores. 3º) se confirmada a necessidade de inclusão de alguma outra Representação no CNS, que se faça por acréscimo, sem excluir ninguém. Plenária do Conselho Nacional de Saúde, em 04 de novembro de 1998*". Encerradas as discussões, o plenário aprovou a proposta da Comissão no que se refere a representação dos usuários. 2º) *Representação dos Profissionais de Saúde* - Conselheira **Zilda Arns** esclareceu que haviam posições divergentes sobre a composição dos Profissionais de Saúde, a saber: 1) Conselheiro **Olympio Távora** propusera que os representantes das categorias de nível médio e complementar estivessem contidos nas representações do CNTSS e CNTS; 2) Conselheira **Albaneide Peixinho** defendeu que fosse um representante de nível médio e cinco representantes de outros profissionais de saúde, eleitos em fórum específico; e 3) Conselheiro **Carlos Corrêa Martins** sugeriu que houvesse uma representação de médicos, um representante da CNTS, um representante da CNTSS e três representantes eleitos em fórum específico. Após os esclarecimentos sobre as propostas apresentadas, o plenário votou pela proposta da Comissão. Conselheiro **Gilson Cantarino** ponderou que se amadurecesse o assunto, a fim de discutirem a representatividade na composição da CNS. Conselheiro **Artur Custódio** sugeriu que o CNS designasse um observador para acompanhar as indicações do fórum dos portadores de patologia, sendo a proposta aprovada. **ITEM 06 - APRESENTAÇÃO E DEBATES COORDENADOS ENTRE**

PARLAMENTARES E CONSELHEIROS SOBRE "ORÇAMENTOS DE 1998 E 1999 COM OS CORTES PREVISTOS E REPERCUSSÕES NAS METAS E CONSTRUÇÃO DO SUS. A PEC, A CPMF, O FEF E AS PERSPECTIVAS DA REFORMA TRIBUTÁRIA" - Conselheiro **Carlyle G. Macedo**, coordenador dos debates, cumprimentou os parlamentares e fez breve introdução sobre o tema a ser discutido, apresentando as posições do CNS. As apresentações iniciaram pelo **Deputado Roberto Santos**, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, que agradeceu o convite e realçou os problemas da saúde em variações regionais, além de problemas de mobilização de recursos. Esclareceu que, em momentos de dificuldade, a questão financeira prevalecia sobre a atividade-fim da saúde e informou que procurava, como Deputado, alcançar e aperfeiçoar as metas da saúde, através do processo de descentralização. **Deputada Jandira Feghali** ressaltou, em sua apresentação, a melhora da qualidade da integração CNS/Parlamento. Declarou que as posições contrárias às do Governo - as de oposição - eram críticas e elogiou as deliberações democráticas efetuadas pelo CNS. Reconheceu a crise mundial, lembrando que cada país fizera opção por um modelo social, ficando o Brasil com orçamento baseado no endividamento público, decorrente da alta taxa de juros, que afetam as áreas de educação, saúde, trabalho e previdência social. Concluindo, observou que o CNS deveria ser mais ofensivo na defesa dos recursos da saúde. **Deputado e Padre José Linhares**, Superintendente da Confederação das Misericórdias do Brasil, manifestou sua satisfação sobre o pronunciamento do Senhor Ministro da Saúde **José Serra** e ponderou que a grande luta do CNS, confirmando-se os cortes no orçamento, deveria centralizar-se na continuidade dos Programas do Ministério da Saúde e na Assistência Médico-Hospitalar. Destacou a situação desoladora do estado do Ceará era desoladores, não só pela seca, mas também pelos hospitais públicos e universitários. Finalizou cobrando um esclarecimento, por parte do Governo, quanto às suas intenções para com o setor saúde, uma vez que este apresentava crescimento ínfimo de 1,2% nos últimos quatro anos e solicitou que o CNS tivesse presença assídua junto à Câmara dos Deputados. **Senador Ademir Andrade**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, corroborou com as declarações do Senhor Ministro da Saúde sobre a CPMF, em como as colocações da **Deputada Jandira Feghali**. Afirmou que o poder da mídia, totalmente subserviente aos interesses do Governo, levava o Congresso Nacional a ser submisso ao mesmo. Sugeriu, então, que o CNS se dirigisse às redes de televisão e aos jornais, buscando a divulgação dos dados, de forma realista para a população e colocou a Comissão de Assuntos Sociais à disposição do Conselho. **Deputado Carlos Mosconi** declarou que o setor saúde ganhara expressão política na gestão do Senhor Ministro **José Serra**. Explicou que os parlamentares vinham tentando, desde a época da Constituinte, fazer com que os recursos financeiros para a saúde fossem definidos e que a CPMF fora a solução proposta pelo ex-Ministro da Saúde, Dr. **Adib Jatene**. Acrescentou que, na sua opinião, o Congresso Nacional deveria elaborar Emenda Constitucional unindo a emenda proposta pelo **Deputado Eduardo Jorge** à sua emenda. **Deputado Eduardo Jorge** considerou que o SUS era a política pública mais moderna do Brasil e a única reforma de estado concreta, em andamento no país, propiciando ampla discussão democrática. Comentou que os parlamentares deveriam resistir aos cortes no orçamento e procurar um acordo entre oposição e governo, no Congresso Nacional, a fim de viabilizarem o SUS, através da vinculação de recursos e da CPMF. Sugeriu, ainda, ampla mobilização, para a promoção de sessão conjunta entre as Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para discussão dos cortes do orçamento, instigando o CNS a sensibilizar os líderes no Congresso Nacional e ver da possibilidade de marcar audiência com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República **Fernando Henrique Cardoso**. **Deputado Darcísio Perondi** declarou que a descentralização era um grande avanço para a saúde, bem como os Programas de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde. Defendeu a necessidade do ajuste fiscal, porém, concordou que o orçamento da saúde não comportaria qualquer redução. Corroborou com as colocações do **Deputado Eduardo Jorge**, no tocante à questão da vinculação. Conselheira **Zilda Arns** cumprimentou e agradeceu aos senhores parlamentares e ao Chefe de Gabinete do Senhor Ministro, Dr. **Otávio Mercadante** e ressaltou a importância das ações de todos na área da saúde. Enfatizou que a falta de recursos para a saúde seria desastrosa e manifestou posição favorável às sugestões dos Deputados, sugerindo que o CNS efetuassem Moção de apoio as colocações do Senhor Ministro **José Serra**. Conselheiro **Fernando Cupertino** lembrou que o debate afirmava o CNS como entidade deliberativa e sugeriu que o restante da pauta da reunião não fosse apreciado, para que fossem esgotadas as discussões sobre as ações do CNS referentes ao tema. Dr. **Otávio Mercadante** afirmou que o Ministro **José Serra** possuía grande liderança política e declarou que a crise da saúde deveria levar a um aprofundamento das propostas e discussões do SUS. **ITEM 07 - DESDOBRAMENTOS EVENTUALMENTE RECOMENDÁVEIS AO CNS EM FUNÇÃO DO TEMA ANTERIOR** - Por sugestão do Conselheiro **Fernando Cupertino**, o restante da pauta não foi apreciada, para que fossem esgotadas as discussões sobre o assunto. Conselheiro **Carlyle G. de Macedo** concluiu que o debate efetuado com os parlamentares teve dois objetivos: **1)** resistir às reduções de recursos para saúde nos orçamentos de 1998 e 1999; e **2)** buscar a vinculação

de recursos. Para tanto, foram apresentadas as seguintes sugestões: **1)** reiniciar e manter visitas aos líderes do Congresso Nacional; **2)** participação do CNS nas Sessões das Comissões de Seguridade e Família (Câmara dos Deputados) e Assuntos Sociais (Senado Federal); **3)** apoio e participação do CNS na reunião conjunta entre as duas Comissões acima citadas; **4)** apoio do CNS na negociação entre oposição e governo para assegurar a vinculação de recursos para a saúde; **5)** participação do CNS no Grupo Parlamentar pela Saúde; **6)** realização de Vigília Cívica pela Saúde; **7)** que o CNS entre em contato com a imprensa, através de: **a)** elaboração de comunicado sobre o debate ocorrido na presente reunião, **b)** estabelecimento de contato sistemático com as entidades que possuem meios de difusão massiva; e **c)** estabelecimento de contato com os responsáveis pela imprensa a fim de esclarecer as posições do CNS; **8)** promover aliança com Governadores e Prefeitos; **9)** mobilização do CNS e dos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde, envolvendo a imprensa local; **10)** utilizar o dia 1º de dezembro para promover o SUS e a saúde como um todo; e **11)** elaboração de Moção para apoiar as colocações do **Excelentíssimo Sr. Ministro José Serra**, no que se refere à vinculação. Todas as sugestões foram aprovadas. Designaram, ainda, Comissão para acompanhar a implementação das medidas compostas pelos membros da Comissão de Acompanhamento Orçamentário, acrescida dos Conselheiros **Carlos Corrêa Martins, Lucimar Coser e Neide Barriguelli**. Dr. **Armando Rágio**, Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, manifestou integral apoio à gestão do Ministro da Saúde, na missão de garantir a execução do orçamento , do ano de 1998 e a prevista para 1999, bem como à nota da Assessoria Econômica do Ministério da Saúde e às posições do CNS sobre o ajuste fiscal, contidas na Moção aprovada. **ENCERRAMENTO** - Nada mais havendo a acrescentar, a reunião foi encerrada, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Albaneide Maria Lima Peixinho, Ana Maria Lima Barbosa, Carlos Corrêa Martins, Artur Custódio M. de Sousa, Carlos Eduardo Ferreira, Carlyle Guerra Macedo, Cláudia Marques Maximino, Edenilza Campos Mendes, Fernando Passos Cupertino de Barros, Gilson Cantarino O'Dwyer, Jocélio Henrique Drummond, José Lião de Almeida, Lucimar Rodrigues Coser Cannon, Luiz Baccalá, Clair Castilhos, Ivaneck Perez Alves, Mário César Scheffer, Neide Regina Barriguelli, Oswaldo Lourenço, Rita de Cássia B. Barata, Augusto Alves Amorim, Sérgio Francisco Piola, Sérgio Luís Magarão, Temístocles Marcelos Neto, Waldir Paiva Mesquita, Júlio Muller Neto, Cláudio Duarte da Fonseca, William Saad Hossne e Zilda Arns Neumann.**